

CONTRATO Nº 13/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E KENTA INFORMÁTICA S.A PARA O FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO PARA CAPTURA, GRAVAÇÃO, ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ÁUDIO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TRE-RJ.

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral **Eline Íris Rabello Garcia da Silva**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 388/21.

CONTRATADA: KENTA INFORMÁTICA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 01.276.330/ 0001-77, estabelecida na Riachuelo, 1098, sala 1201, Porto Alegre/RS, representada por Sr. **Carlos Antenor Barrios**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pelo estatuto social e atas, conforme docs. 2208638, 2208664, 2208673 e 2208683.

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº11/2022, instruído através do processo TRE nº 2021.0.000011277-6, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento de solução para captura, gravação, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de informações e áudio das sessões plenárias do TRE-RJ, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Item	Descrição	Quantidade
1	Licença de uso perpétuo de software para gravação digital de áudio das sessões plenárias, controle e otimização do fluxo do processo de transcrição	14
2	Instalação e customização da solução para gravação digital de áudio	1



3	Treinamento de, no mínimo, 6 horas para 7 usuários e técnicos no processo de gravação, pesquisa e fluxo taquigráfico	1
4	Suporte técnico mensal contemplando a disponibilização de helpdesk para solução de dúvidas de uso e para a solução de problemas técnicos da solução, com atualizações de softwares da solução com a disponibilização periódica de novas versões para manutenções corretivas	12

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R\$70.424,28 (setenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação para o exercício de 2022, no valor de R\$ 55.948,18 (cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos) correrá por conta dos elementos 44.90.40.06-Aquisição de Software sob Encomenda ou Customizado, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC; 33.90.40.21-Serviços Técnicos Profissionais de TIC, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-Pessoa Jurídica; 33.90.40.20'-Treinamento/Capacitação em TIC, natureza Serviços Técnicos Profissionais de TIC, natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-Pessoa Jurídica e 33.90.40.07-Manutenção corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares relativos ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº 303/22, de 04/03/22, ficando a despesa no valor de R\$ 14.476,10 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dez centavos) a ser empenhada no exercício de 2023, à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.



CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 11 / 03 /2022 a 10 / 03 /2023, podendo apenas o item 4, suporte técnico mensal, ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DO CONTRATANTE:

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

6.1.2. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema.

6.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

6.2. DA CONTRATADA:

6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.

6.2.6. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto



na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

6.2.7. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:

6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos itens 1, 2 e 3, a contratada deverá apresentar, após a conclusão do fornecimento/serviço relativo a cada item, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

7.2. O pagamento do item 4, a contratada deverá, mensalmente, após o encerramento do mês referente à execução do serviço de suporte técnico, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

7.3. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.



7.4. O pagamento será realizado no prazo de até **30 dias**, contado do atesto dos serviços prestados, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.5. A fiscalização do contrato terá o prazo de **24 horas** para atestar a nota fiscal/fatura e encaminhá-la para pagamento, devendo ser observados os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

7.5.1. Em caso de erro na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no subitem 7.4 retornará à contagem inicial.

7.5.2. Caso a nota fiscal/fatura apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de **3 dias úteis**, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.6. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.7. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.8. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irreajustável durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

9.1. As regras e critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços estão previstos no **item VII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão previstas no **item VIII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

13.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.



E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 1 via, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2022.

ELINE IRIS
RABELLO GARCIA
DA SILVA:09121679
ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
Diretora-Geral do TRE-RJ

Assinado digitalmente por ELINE IRIS RABELLO GARCIA
DA SILVA:09121679
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC VALID JUS
OU=11587975500194, OU=Videoconferencia, OU=Cert-JUS
Institucional - A3, OU=TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO RIO DE JANEIRO - TRERJ, OU=SERVIDOR, CN=
ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA:09121679
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.03.10 22:42:50-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

CARLOS ANTENOR BARRIOS:16382536091
ACT-Safeweb10/03/2022 11:27:01 -03:00



KENTA INFORMÁTICA S/A.

TESTEMUNHAS:

- 1) RODRIGO DA
ROCHA
CAMARGOS:00715177
15177
Assinado de forma
digital por RODRIGO
DA ROCHA
CAMARGOS:00715177
Dados: 2022.03.10
17:31:23 -03'00'
- 2) ELIANE MAIA
NETTO
QUINTAES:09615
162
Assinado de forma digital
por ELIANE MAIA NETTO
QUINTAES:09615162
Dados: 2022.03.13
13:33:30 -03'00'

